

Condições de produção do discurso burocrático: prelúdios de uma análise

Valfrido da Silva NUNES¹

Resumo: Este artigo tem como finalidade fazer uma breve análise das condições de produção do discurso burocrático na esfera estatal, com o intuito de explicar aspectos relativos ao sujeito e à situação de produção do discurso nesta esfera discursiva. O marco teórico do artigo filia-se à Análise do Discurso de linha francesa, principalmente no que diz respeito à categoria *condições de produção*, sem deixar de dialogar com os estudos de Bakhtin (2003; 2009). O procedimento metodológico é uma análise, de cunho interpretativo, de uma materialidade discursiva, por meio da categoria supramencionada. Os resultados dessa breve análise sinalizam que o discurso burocrático pauta-se, sobremaneira, pelo controle e pelas relações de poder que aí se estabelecem.

Palavras-chave: condições de produção; memorando; esfera burocrática.

Abstract: This article aims to make a brief analysis of the bureaucratic speech production conditions at the state level, in order to explain aspects of the subject and the speech production situation in this discursive sphere. The theoretical framework of article joins the Discourse Analysis, French line, especially with regard to the category *production conditions*, while dialogues with the studies of Bakhtin (2003; 2009). The methodological approach is an analysis of interpretive nature, a discourse of a materiality through the above category. The results of this brief analysis indicate that the bureaucratic discourse is guided, excessively, by the control and the power relations that are established there.

Keywords: production conditions; memorandum; bureaucratic sphere.

Introdução

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve análise das condições de produção do discurso burocrático. Para tanto, partimos de uma concepção dialógica e discursiva da língua, em seu contínuo jogo de forças entre a estrutura e o acontecimento. Nesse sentido, as questões exteriores ao sistema linguístico são objeto de investigação, com relevo para o discurso, entendido como efeitos de sentido entre interlocutores.

A relevância do trabalho justifica-se em razão de haver pouca (ou quase nenhuma) literatura sobre o tema. Em outros termos, o que temos lido sobre o gênero discursivo² memorando reflete uma visão

1 Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió-AL. Correio eletrônico: fridoval@hotmail.com.

2 Embora a ideia de gênero remonte à Antiguidade Clássica, estamos usando essa categoria com base nos estudos de Bakhtin (2003), para quem os gêneros são tipos relativamente

bastante estrutural, focando muitas vezes apenas as características formais do gênero e apontando modelos que simplificam o memorando como uma espécie de “bilhete formal”. Nos materiais que embasam cursos de redação oficial, de maneira geral, praticamente não há considerações sobre o discurso burocrático. Com efeito, tudo parece pronto, como se um modelo do gênero fosse suficiente para a prática da escrita na esfera administrativa.

Assim, o presente trabalho propõe-se a fazer uma reflexão, embora ainda bastante introdutória, sobre as condições de produção do discurso burocrático, buscando lançar um olhar para a opacidade da linguagem, mesmo naqueles gêneros que parecem bastante formatados, dentre os quais o memorando é exemplar prototípico. Costa (2009, p. 147), ao conceituar o memorando, afirma que “o que caracteriza este gênero é o estilo de escrita breve e objetiva, em todos os tipos.” O autor elenca quatro tipos de memorando, dos quais nos interessa este: “[...] (ii) como correspondência (v.) interna rápida, tipo circular (v.), trata-se de texto escrito, breve e informal, cuja mensagem é usada como instrumento de comunicação administrativo, em impresso apropriado, em formato menor que o de carta [...]” (idem, p. 148). Salientamos que, a nosso ver, esse conceito mostra-se bastante simplista, o que corrobora a necessidade de um estudo crítico especializado sobre esse gênero, que será o objeto de pesquisa da nossa tese de doutorado.

Comumente, o memorando é referido como uma forma de *comunicação interna*; entretanto, isso é insuficiente, visto que, conforme Orlandi (2012, p. 21), “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Nessa concepção, este artigo visa a preencher, ao menos parcialmente, uma lacuna importante no campo dos estudos científicos sobre o discurso burocrático, que circula nos meios públicos institucionalizados.

No que concerne aos fundamentos teórico-metodológicos do trabalho, trata-se de uma análise qualitativa de um exemplar do gênero memorando, capturado em uma instituição pública federal de educação, que será analisado à luz da perspectiva teórica da Análise do Discurso (AD), sobretudo no que diz respeito à categoria das condições de produção. No entanto, convém ressaltar que nosso percurso teórico

estáveis de enunciados, ao mesmo tempo em que apresentam construção composicional, conteúdo temático e estilo.

não se fecha exclusivamente nos estudos de Michel Pêcheux, uma vez que estabelecemos diálogos com os estudos de Bakhtin.

Os resultados da nossa análise sinalizam que o discurso burocrático é pautado pelos mecanismos de controle e pelas relações de poder, que não aparecem na superfície textual, mas somente sob as lentes de um olhar que encara a linguagem como não transparente.

Fundamentos teóricos

Na movência do paradigma formalista para os estudos funcionalistas, com a chamada “virada linguística” ou “virada pragmática”³, podemos registrar o surgimento de várias disciplinas, tais como a Linguística de Texto, a Sociolinguística, a Análise da Conversação, a Pragmática, a Psicolinguística, a Neurolinguística, as Análises do Discurso (Francesa, Crítica, Dialógica, Semiolinguística etc.), dentre outras. Em outras palavras, podemos dizer que cada ramo disciplinar citado ocupa-se de um objeto específico, que vai muito além do *objetivismo abstrato* ou do *subjetivismo idealista* (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2009), levando em consideração aspectos relativos à exterioridade, à prática social, à fala, ao texto, ao discurso, ao sujeito, à história e à ideologia.

É nesse cenário que nos interessa a Análise do Discurso, em sua perspectiva francesa, enquanto linha de pesquisa que se debruça, evidentemente, sobre o discurso. No dizer de Orlandi:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, [1999] 2012, p. 15).

Nessa perspectiva, não interessa somente a língua como um sistema sincrônico de formas abstratas, conforme havia sido postulada por meio do “corte epistemológico” saussuriano. É preciso ir muito além, para a práxis, para os efeitos de sentido – sempre provisórios – desencadeados por uma visão de língua que, tal como a concebia o

³ Do inglês *Linguistic turn*, configura-se como o trânsito do modo de fazer pesquisa na área da linguagem. Em outras palavras, já não se trata de pesquisar a língua no interior de um sistema autônomo, mas como atividade verbal, interconectada com a exterioridade.

mestre de Genebra, não era suficiente para recobrir essas questões. Aliás, é preciso ir mais além e considerar a língua em sua historicidade. Para Courtine:

A análise do discurso foi, então, o lugar privilegiado de um encontro entre a linguística e a história, e isso de duas maneiras. Por um lado, ela participou de um exame histórico e crítico dos fundamentos do gesto inaugural de Saussure [...]. Por outro lado, ela pretendeu proceder à rearticulação do que havia sido cindido: o sistema linguístico [...] com as condições de produção históricas da língua em uso (por meio da determinação das 'condições de produção' do discurso) (COURTINE, [1992] 2006, p. 40-41).

Assim, é com esse olhar de incompletude e inquietude que Michel Pêcheux, no início dos anos 60 do século XX, postula uma nova área do saber, a AD, cuja gênese se ancora numa perspectiva tripartite: a Linguística (teoria linguística), o Marxismo (teoria da sociedade) e a Psicanálise (teoria do sujeito). No dizer de Gregolin (2011, p. 85, grifo do autor), o campo da AD:

[...] é um lugar de discussão constante sobre a construção dessa transdisciplinaridade: **língua, sociedade, historicidade, sujeito** são os polos em torno dos quais vem sendo erigido o seu edifício teórico desde os anos 1960.

Contudo, convém ressaltar que a AD apoia-se nesse tripé, porém não lhe é submissa, no sentido de que se constitui como um campo autônomo do conhecimento, com seus dispositivos teórico-analíticos próprios.

Disso decorre que, para se chegar ao discurso, é preciso partir da materialidade, num jogo contínuo de forças entre a estrutura e o acontecimento, sem a necessidade de se estabelecer a supremacia de uma sobre a outra. Com efeito, o fio do discurso mantém um diálogo contínuo com todos os dizeres enunciados ou silenciados, que fazem parte de uma memória discursiva. Logo, toda materialidade (verbal ou não verbal), da conversação espontânea aos tratados filosóficos, germinam sentidos múltiplos, sempre em efervescência, nunca prontos em um produto acabado.

Essa nossa visão é corroborada por Lameiras, quando assevera que:

Os discursos vivem em uma constante metamorfose, uma vez que se abrem a sentidos múltiplos e circunstanciados

no entorno da enunciação, nas vozes que os constituem, no enunciador que os assume e os realiza em sua materialidade. Por essa via, os efeitos de sentido ora engravidam, ora se esvaziam e cedem lugar a outros sentidos (nunca inteiramente novos) (LAMEIRAS, 2008, p. 29).

Como afirma Orlandi (2012, p. 9), a AD hoje – um campo de pesquisas já bem consolidado – “permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”. Com um aparato teórico rico, a AD fornece a qualquer analista um conjunto de categorias que o auxiliam na sua tarefa, o que diferencia o olhar interpretativo do analista de uma interpretação meramente intuitiva baseada no senso comum. Dentre algumas delas, podemos citar as condições de produção, o intradiscurso, o interdiscurso, a posição sujeito, as formações discursivas, as formações ideológicas, os esquecimentos, dentre outras. A bem dizer, por uma questão de escolha, optamos por trabalhar mais especificamente com a primeira das categorias citadas, dentro da esfera discursiva da burocracia administrativa estatal.

Em relação às condições de produção do discurso, a AD:

considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2012, p. 16).

Diante disso, vemos que as condições de produção levam em consideração a situação de produção dos discursos, uma categoria que exorbita o plano do meramente linguístico, da estabilidade da língua, apontando para elementos que envolvem os sujeitos do discurso e os contextos a partir dos quais esses discursos emergem. No entanto,

para que possamos entender como esta categoria – Condições de Produção – é fundamental na análise de um discurso, precisamos concebê-la em seus dois sentidos: amplo e estrito. O primeiro, expressa as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica. O segundo, diz respeito às condições imediatas que engendram a sua formulação (FLORÊNCIO *et al.*, 2009, p. 65).

É com base nessa premissa que faremos uma análise, ainda bastante provisória, das condições de produção do discurso burocrático na esfera estatal. Com efeito, os nossos gestos de interpretação buscarão explicar como a linguagem está longe de ser transparente,

pois à medida que o dizer se apresenta em sua horizontalidade, muitos outros dizeres ecoam na verticalidade, num contínuo jogo de forças e equilíbrio entre o estável e o instável. De fato, como sustenta Orlandi (2005, p. 11), a AD “expõe o olhar leitor à opacidade (materialidade) do texto, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres, ao que ele não diz.” Portanto, é essa não transparência da linguagem que nos interessa muito de perto no gênero discursivo que iremos analisar.

Metodologia

O presente estudo parte da análise de uma materialidade simbólica, a saber, um exemplar do gênero discursivo memorando, colhido na esfera administrativa de uma instituição federal de educação, em treze de novembro de dois mil e treze (cf. anexo). Do ponto de vista da sua natureza, a análise realizada configura-se como qualitativa, visto que lança mão da interpretação. O *corpus* é constituído por apenas um exemplar do gênero em tela, o que implica dizer que as condições de produção do discurso burocrático, em uma análise mais ampla, deverão ser estudadas considerando-se outras materialidades discursivas ligadas a essa mesma formação discursiva ou até mesmo outros exemplares desse mesmo gênero. Como se trata de um memorando circular, todos os interlocutores o receberam via e-mail institucional, uma vez que foi enviado pela Direção de Ensino da instituição para o seu respectivo corpo docente. Levando-se em consideração a questão da ética em pesquisa, os dados que identificam pessoas e instituição foram por nós omitidos.

Análise

O primeiro passo na nossa análise volta-se para o que está dito na materialidade discursiva objeto de nossa investigação, ou seja, um olhar sobre o intradiscorso presente no gênero discursivo memorando (cf. anexo), em busca das suas condições de produção. Assim, algumas questões, dentre muitas outras, podem ser respondidas com base no contexto imediato da enunciação: quem fala? Para quem? Quando? Onde? Quais os propósitos linguisticamente veiculados no fio do

discurso? Em qual suporte esta materialidade está veiculada?

Dessa forma, como se trata do gênero memorando, uma espécie de comunicação interna institucionalizada, muitas das respostas referentes às questões anteriores podem ser dadas no plano da horizontalidade, ou seja, observando-se o plano do intradiscurso e considerando-se os interlocutores e a situação sociocomunicativa, ou melhor, as chamadas condições estritas de produção do discurso.

Portanto, podemos compreender que, no caso da materialidade discursiva em análise (cf. anexo), ocorre um processo de interação verbal, cujos polos envolvidos (vistos numa perspectiva dialógica) são a “direção de ensino”, uma instância departamental de uma instituição maior, e os seus respectivos “docentes”. Nessa prática discursiva, que implica respostas ativas (comparecer ou não à reunião, por exemplo), há um querer dizer linguisticamente materializado no texto como uma “convocação para reunião”.

Além disso, urge ressaltar que se trata de um dito com marcas expressas de temporalidade, pois foi produzido em “13 de Novembro de 2013”. Logo, compreende-se como um discurso atual, enunciado há menos de um ano, o que funciona como uma pista importante para situá-lo na contemporaneidade, dentro do cenário político-administrativo que tem vigorado no nosso país nos últimos tempos.

Levando-se em consideração que o memorando é prática corrente no meio institucional – mais especificamente na esfera estatal – convém destacar que o próprio lugar de onde esse discurso burocrático emerge é de grande valia para se perceber a circulação e os efeitos de sentidos que subjazem ao dito. No caso da materialidade em estudo, aparecem linguisticamente marcados no texto: a instituição pública federal, o *campus* onde esse discurso foi produzido – já que se trata de uma repartição pública *multicampi* – e o departamento que emitiu esse discurso, isto é, a “direção de ensino”.

Quanto ao conteúdo (ou “assunto”, se se quer), a presença do verbo “convocar”, flexionado na terceira pessoa do singular, sinaliza o propósito comunicativo principal do texto, embora saibamos que, numa perspectiva discursiva, é preciso ir mais além, pois, quando faz uso da linguagem, o sujeito tem somente a ilusão de que controla o seu dizer, quando, na verdade, ele está submetido às determinações sociais. Para Orlandi ([1999] 2012, p. 30), “[...] os sentidos não estão

só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos.”

O suporte (ou *locus*) em que a materialidade discursiva aparece fixada contribui para ampliar os nossos gestos de interpretação acerca das condições de produção desse discurso. O memorando não é um gênero textual que se redige em qualquer meio físico; sua apresentação gráfica exige papel timbrado, institucionalizado, com rigorosas marcas de controle, tal como a sequência numérica que aparece logo nas primeiras linhas do texto, cuja função primordial é controlar a ordem de emissão desse documento, inclusive como um critério para arquivamento. Além do mais, é prática corrente nos meios institucionais o uso do protocolo, como forma de assegurar que tal documento foi recebido pelo sujeito (ou portador) a quem se destina.

O segundo passo busca contemplar o não dito ou as questões que estão silenciadas. Por conseguinte, os sentidos são desvelados por meio do interdiscurso, ou seja, no plano da verticalidade, pois todo dizer evoca uma rede de sentidos já produzidos, se se considerar a plurivocalidade do discurso. Segundo Orlandi (2012, p. 30),

esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele.

Diante disso, um olhar sobre os sujeitos⁴ envolvidos no processo de interlocução no gênero memorando revela que os efeitos de sentido vão muito além do par de interactantes “direção de ensino” *versus* “docentes”. É preciso considerar o lugar e o papel sociais a partir dos quais esses sujeitos produzem/recebem os discursos que circulam na esfera administrativa. Dito de outra forma, na subjacência desses discursos prevalecem relações de poder. O sujeito que “assina” o memorando – mesmo com a ilusão de que esse discurso seja seu – ocupa uma posição de superioridade na hierarquia da instituição (a

4 Neste trabalho, entendemos **sujeito** como “resultado da relação com a linguagem e a história, o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. O sujeito é constituído a partir relação com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso. Como diz Leandro Ferreira (2000) ele estabelece uma relação ativa no interior de uma dada FD; assim como é determinado ele também a afeta e determina em sua prática discursiva. Assim, a incompletude é uma propriedade do sujeito e a afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de completude.” (FERREIRA, 2005, p. 21).

“direção de ensino”), o que lhe confere direitos e prerrogativas que o corpo docente não os tem.

Portanto, ao fazer uso do poder que detém, a “direção de ensino” solicita a presença do grupo de docentes para uma reunião, a fim de tratar de assuntos relativos às “atividades didático-pedagógicas”. Para materializar o seu dizer, em nome de uma suposta objetividade, já que o agente que convoca é “esta direção” – um sujeito gramatical na terceira pessoa do singular – o enunciador vale-se do verbo “convocar”, cujos efeitos de sentido extrapolam a ideia de convite e apontam para a solicitação de uma presença quase obrigatória na referida reunião. O não comparecimento do sujeito convocado traz implicações para a sua vida funcional dentro da instituição, sob pena de responder legalmente por suas atitudes. Portanto, o sentido do verbo “convocar”, um signo ideológico por excelência, ultrapassa o seu “estado de dicionário” e torna-se vivo, quase uma palavra de ordem, a serviço do discurso institucional. De fato, como disse Pêcheux,

as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

No entanto, em função da posição que o sujeito enunciador ocupa e até mesmo das convenções que o gênero memorando exige dentro da tradição discursiva que se insere, esse ato de poder “convocar” é atenuado por marcas da formalidade e da cortesia. Por exemplo, para a abertura, usa-se a expressão “cumprimentando-os cordialmente”; para o fecho, o termo “atenciosamente”. Essas pistas linguísticas sinalizam uma estratégia de preservação de faces do sujeito, cujos efeitos de sentido apontam para um sujeito cordial, atencioso, amigável e respeitoso, o que soa como uma relação tranquila entre os interlocutores. Entretanto, nenhum grupo social pauta-se pela homogeneidade; a dissensão e os conflitos são presentes no convívio social, o que está silenciado na materialidade discursiva que analisamos.

Outro ponto que merece destaque nessa nossa análise diz respeito à questão dos mecanismos de controle. Conforme já explicamos mais acima, o memorando é meticulosamente controlado por meio de um número específico. Esse cuidado não é um gesto de boa vontade

do sujeito enunciador; ao contrário, trata-se de uma forma de se resguardar de eventuais problemas futuros, tal como uma auditoria, por exemplo. O fato de o discurso ser obrigatoriamente escrito também ratifica essa ideia de controle, já que pode ser guardado para provável averiguação e comprovação. Como diziam os antigos, *verba volant, scripta manent*.⁵

Ademais, o fato de o gênero discursivo em tela emergir de uma instituição especializada em educação profissional e tecnológica sinaliza gestos de interpretação relevantes para a nossa análise. Em outros termos, a escola (“aparelho ideológico do Estado”) é uma instituição de educação formal inserida numa sociedade com suas contradições. No nosso caso, uma sociedade republicana, capitalista, na qual a educação pública é de responsabilidade do Estado. Portanto, ao produzir o seu discurso, o enunciador do memorando não o faz sem as amarras das determinações sociais. Ele está submetido às regras que governam a sociabilidade, pois, concordando com Orlandi ([1999] 2012, p. 10), diríamos que “os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos.”

Por fim, se considerarmos que a historicidade é intrínseca ao discurso, ao nos depararmos com uma análise de um discurso institucionalizado como o do memorando, veremos que as relações de poder dialogam com outros momentos da história. A relação patrão x empregado, senhor x servo, suserano x vassalo, chefe x subordinado é evocada na memória discursiva como efeitos de sentido que se entrecruzam, encapsulam-se, repelem-se, atraem-se, sempre na incompletude e na inquietude que são constitutivas de todo dizer.

Considerações finais

Este artigo buscou tecer, mesmo que brevemente, algumas reflexões sobre as condições de produção do discurso burocrático na esfera estatal. Dessa forma, a nossa análise voltou-se para o gênero discursivo memorando, ponto de partida para se analisar questões referentes ao seu entorno discursivo-enunciativo, visto que, nessa análise, exorbitamos o âmbito do meramente linguístico, em busca dos efeitos de sentido que engendram a situação de produção do discurso e os seus sujeitos.

5 “A palavra (oral) voa, a escrita permanece” (tradução nossa).

Constatamos nessa nossa brevíssima análise que as condições de produção do discurso burocrático sinalizam para mecanismos de controle, pela polidez e cortesia e, sobretudo, pelas relações de poder que se estabelecem no plano institucional, por meio da atitude dos sujeitos que ocupam papéis sociais diferenciados, mas que não escapam às “algemas” das determinações sociais.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BAKHTIN, M. ; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, [1929] 2009.

COSTA, S. R. **Dicionário de Gêneros Textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COURTINE, J. Uma genealogia da Análise do Discurso. In: _____. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Tradução Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, [1992] 2006. p. 37-57.

FERREIRA, M. C. L. (Coord.). **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre: UFRGS/IL, 2005.

FLORÊNCIO, A. M. G. *et al.* **Análise do Discurso: fundamentos e prática**. Maceió: EDUFAL, 2009.

GREGOLIN, M. R. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

LAMEIRAS, M. S. T. B. **Entre os contos de uma posse e o poder da palavra: “ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político**. Maceió: EDUFAL, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, jun. 2005. Disponível em: <www.cpelin.org/estudosdalinguagem/n1jun2005/artigos/orlandi.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

Recebido em 24 de nov. de 2014.

Aceito em 10 de maio de 2015.

ANEXO A - MEMORANDO

(Logomarca da Instituição)
(Nome da Instituição)
(Nome do Campus)
DIREÇÃO DE ENSINO

Memorando Circular nº *(número de ordem)* **/2013 – DEN**
(Nome da cidade), 13 de Novembro de 2013
Para: **Docentes** – *(Nome do Campus)*

Assunto: **Convocação para Reunião**

Cumprimentando-os cordialmente, esta Direção convoca todos os professores para reunião a ser realizada no dia **20 de novembro de 2013**, às **09h30**, na **sala 07**.

Esta reunião tem como pauta esclarecimentos e orientações gerais sobre as atividades didático-pedagógicas.

Atenciosamente

Assinatura do(a) diretor(a)

(Nome do(a) diretor(a))

Direção de Ensino